



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAMONHANGABA**  
**CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**  
Criado pela Lei Municipal 2.532/91 e alterado pela Lei Municipal nº 5.194/2011

### **Ata da 1ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Educação, biênio 2019-2021.**

No dia 27 de fevereiro de 2020, às 18h na sede da APAE, sito a rua José Oliveira, nº 55 Crispim, reuniram-se os seguintes conselheiros: Evalda de Andrade Silva Costa, Tânia Vieira Crescenzo, Patrícia Aparecida dos Santos Cupertino, Josafá Agra de Santana, Milton Gonçalves Rocha, Roseli M. Santos, Maria Lúcia dos Santos, Ana Cláudia Godoi de Oliveira, Marcela Viviane Ovtacílio Vitorino, Andrea Rodrigues de Moraes, Renata Galvão dos Santos Ferreira.

A presidente deu boas vindas a todos e deu início à pauta. Conselheira Ana Cláudia justificou que não foi à escola porque a equipe está passando por problemas na família e que não pôde estar presente. Professora Tânia iniciou sua fala sobre sua visita à escola estadual Demétrio Badaró, dizendo que foram bem acolhidas, não prolongou a visita, e o principal questionamento foi sobre a visita. Salientou que a escola passou a ser de Ensino Integral a partir de 2020. Em seguida, relatou sobre tudo que foi tratado com a equipe, evidenciando que tudo consta em seu relatório. Em relação à estrutura, foi salientado que devido ao grande número de alunos sendo atendidos ao mesmo tempo, algumas carteiras, portas e lousas precisam ser adequadas. Na sequência a Presidente Evalda relatou sobre a sua visita, juntamente a Josafá, na escola José Aylton Falcão. Após a sua fala o membro do Conselho Josafá salientou os problemas do prédio escolar, evidenciando a falta de luz do prédio, infiltração, mobiliário inadequado, livros em local inadequado, lixeira atraindo insetos nocivos, corredor sem lâmpada, segundo Josafá, interruptores se encontram com os fios expostos, mesas do professor inadequadas, sala de leitura pequena e sem estante para colocar os livros. Salienta que este é um caso de Ministério Público, com vistas à solicitação de interdição da escola. Solicita que o Conselho redija um ofício, solicitando providências. A vice-presidente Tânia salientou que não podemos ser levianos, no entanto não deixar de cobrar providências do responsável pela escola. Expôs que o Conselho deve se portar como parceiro da escola José Aylton Falcão. A secretária Andrea orientou que a escola está para atribuir um novo Diretor a partir do dia 03 de março, evidenciou todas as possibilidades de melhoria após a posse do novo Diretor. Concluiu sua fala relatando que poderia disponibilizar os endereços de e-mail do gabinete e da Supervisora para que o relatório fosse encaminhado. Além disso, pontuou que caso seja feita uma segunda visita, seria importante ter o apoio de um maior número de conselheiros. A presidente Evalda solicitou que contatemos a Supervisora da escola para requisitarmos as medidas necessárias para a melhoria da escola. A vice Tânia salientou que o Conselho pode se reunir e conversar com os pais da região para conscientizar sobre a importância do acompanhamento da família na escola. De acordo com a presidente, o Conselho está para colaborar, ressaltando as necessidades dos alunos junto ao poder público. Seguiu parabenizando os membros pela atuação e ressaltou que a judicialização presente em nossa sociedade pode ser amenizada mediante diálogo franco e aberto com as autoridades competentes. Um ofício deverá ser redigido e encaminhado ao Dirigente.

O próximo ponto abordado foi sobre a criação do site do CME, a presidente evidenciou que é uma ação que ocorre em vários conselhos do Brasil, salientando que o CME deve ser transparente, que o site registrará todas as ações do Conselho e que está no Regimento a importância de tornar pública as ações do CME (Art. 3º, alínea "k"). Os conselheiros Ivan Eduardo de Abreu Arruda e Ronaldo Zanin Bissoli

realizaram a doação da construção do site. Foi lida uma carta de agradecimento aos senhores Ivan e Ronaldo, na qual consta o valor doado ao domínio do site, que soma o total de R\$ 220,00. O Conselheiro Josafá salientou que deveremos ter um endereço fixo para as reuniões do Conselho. Em relação ao endereço fixo, a conselheira Maria Lúcia salientou que a “Casa dos Conselhos” foi transferida para o novo prédio da Secretaria da Educação e que lá o Conselho teria uma sala com os equipamentos necessários para ser utilizado pelo Conselho. Diante disso, a vice-presidente Tânia relatou que o Conselho optou por realizar as reuniões na APAE por considerarem um lugar neutro. A presidente questionou se os Conselheiros gostariam de realizar a mudança de endereço e retornar ao prédio da Secretaria Municipal de Educação. O conselheiro Josafá falou sobre o conselho ter um prédio específico para isso. Ao final, o Conselho decidiu deixar a discussão sobre a mudança predial para um segundo momento. Outro assunto evidenciado pela Conselheira Renata pontuou sobre convocar parceiros que possam falar sobre educação aos professores. A presidente aprovou o apontamento da Conselheira e solicitou que elabore um projeto e apresente ao Conselho. Outro assunto abordado foram as ações propostas pelo Conselho nas reuniões anteriores, são elas: a mudança dos sinaleiros das escolas municipais, projeto de educação ambiental e a assessoria realizada pela autora Jussara Hoffmann, quanto a isso salientou que o secretário da educação municipal, o sr. Júlio do Valle, apreciou as ideias. Tânia salientou a função propositiva do Conselho e que as ideias que surgiram a partir das reuniões do Conselho foram muito elogiadas pelo sr. secretário.

O próximo assunto a ser tratado foi a representatividade da sociedade civil na composição do CMEP, segundo o conselheiro Josafá, há uma regra no regimento que impede que qualquer pai possa fazer parte do conselho, vinculando isso a uma indicação de uma instituição. Ele solicita que realize a mudança na legislação. A presidente explica sobre a questão da paridade que exige que haja um número de representante de igual número de sociedade civil e de instituições e que isso é constitucional e foi salientado pelo professor Lobo, representante do CME no biênio de 2017- 2019. Por meio de mensagem à presidente, ele salientou que qualquer alteração no que tange à composição do CMEP corresponderia numa mudança constitucional. Em seguida, o conselheiro Josafá solicitou que o suplente tenha direito ao voto, a vice-presidente Tânia orientou que o presidente da UNCME salientou que, segundo o Estatuto, o suplente não tem direito a voto. No entanto, colocariam isso em pauta para ser esclarecido. A presidente solicitou a reunião das câmaras para realizarem os estudos e realizarem o monitoramento das 20 metas do Plano Municipal de Educação. A vice-presidente pede resposta do Conselho quanto a realização do planejamento dos professores da rede municipal sendo realizado fora da unidade de trabalho. Os professores realizaram uma pesquisa para saber se havia uma insatisfação quanto a isso e cerca de 250 professores foram contrários. No entanto, não houve tempo hábil para a manifestação. Quanto ao calendário, vários professores evidenciaram seu descontentamento, no entanto não foram levados em consideração os apontamentos realizados em HTP pelos professores, inclusive com a assinatura dos presentes. A conselheira Marcela Vitorino pontuou que houve vários posicionamentos contrários ao calendário e ao local da realização do planejamento, no entanto não foram atendidos. A presidente expôs que todos os conselheiros presentes na reunião extraordinária do dia 20 de janeiro de 2020 assinaram sobre estarem em acordo com o calendário. Então, a conselheira Roseli pontuou que deveríamos agir quanto ao local dos planejamentos posteriores. A presidente solicitou à Marcela que isso seja colocado em relatório. Em continuidade, Marcela relatou a improdutividade dos planejamentos ocorridos fora da unidade escolar. A vice-presidente afirma já ter enviado à presidente um formulário sobre o assunto a ser analisado. O CME ficou de enviar ofício à SME solicitando que o próximo planejamento seja realizado nas próprias unidades.

A solicitação dos professores da escola João Kolenda Lemos foi apresentada pela vice-diretora Tânia à conselheira Andrea, com o objetivo de socializar com o colegiado sobre as necessidades da escola. Assim, a Conselheira leu o relatório dos professores e ficou estabelecido que será realizada uma visita dos conselheiros para acompanharem aquilo que foi relatado pelos professores e em seguida será

elaborado um ofício, que será enviado ao Secretário Municipal de Educação. Encerraram a reunião com a fala da presidente sobre a importância do colegiado para a comunidade. Sem mais, eu Andrea Rodrigues de Moraes, lavei a ata da reunião, que também será assinada por mim e pelos Conselheiros na folha de presença, em anexo.